

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.Sas, as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2020 da Cooperativa de Crédito de Produtores Rurais e de Livre Admissão do Triângulo Ltda. – SICOOB CREDITRIL, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 20 de janeiro deste ano, o SICOOB CREDITRIL completará vinte e nove anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2020, o SICOOB CREDITRIL obteve um resultado bruto de R\$ 6.718.806,31, representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 12,38%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 234.986.403,50. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 113.632.158,48

A carteira de créditos encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R\$ 360.026,97	0,32%
Carteira Comercial	R\$ 113.272.131,51	99,68%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 33,30% da carteira, no montante de R\$ 37.811.790,66.

4. Captações

As captações, no total de R\$ 311.736.070,97, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 36,30%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 119.640.362,39	38,38%
Depósitos a Prazo	R\$ 192.095.708,58	61,62%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 14,74% das captações, no montante de R\$ 45.610.553,86.



5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CREDITRIL era de R\$ 43.835.340,24. O quadro de associados era composto por 12.596 Cooperados, havendo um acréscimo de 7,14% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado, através da Plataforma - Classificação de Riscos e Limites – CRL, do SISBR 2.0, buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CREDITRIL adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança Corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléa geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

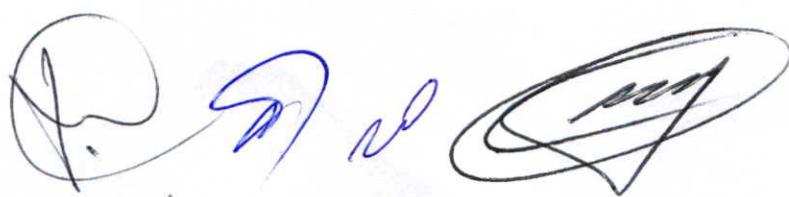
A Cooperativa possui ainda uma Agente de Controles Internos, supervisionada diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, que por sua vez, faz as auditorias internas.

O balanço da Cooperativa é auditado por empresa de auditoria cooperativa, que emite relatório, levado ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todo esse processo é acompanhado e fiscalizado pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Instruções Gerais - Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal e o Regimento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo seu quadro funcional.


B. B. Monteiro J.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada dois anos na AGO, com mandato até a AGO de 2022, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE/OCEMG, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDITRIL aderiram, em 16.08.2010, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

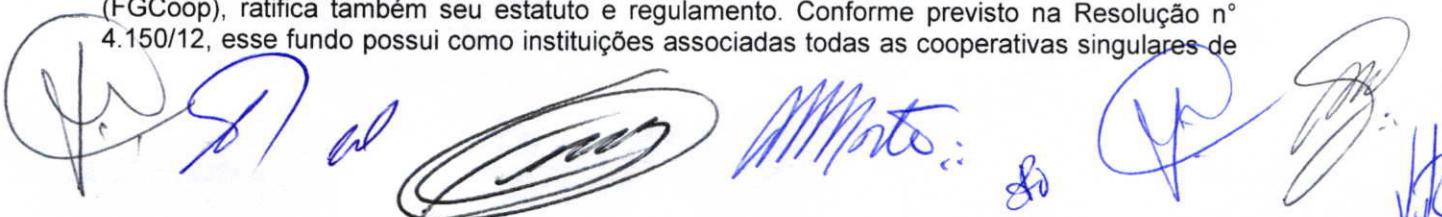
A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados; dispõe de diretor responsável pela área e de uma Ouvidora. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2020, a Ouvidoria do SICOOB CREDITRIL, registrou 18 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, haviam reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 18 manifestações, 11 foram consideradas improcedentes e 7 procedentes e solucionadas dentro do prazo legal, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito – FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito – FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$250 mil por Associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de



Handwritten signatures of SICOOB Creditril members, including the President and other board members, are visible at the bottom of the document.

crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo é exercida pela Assembléia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

12. Cenário em meio à Pandemia

O cenário macroeconômico vivido em 2020, gerou incertezas, porém, estimulou a nossa criatividade. Assim, mantivemos rentabilidade em níveis aceitáveis, taxas de juros competitivas, captação de novos associados visando o aumento da base e fidelização dos existentes, expansão da carteira de crédito com sustentabilidade, estratégias competitivas com o mercado tradicional e com o próprio sistema, além de constante implementação de novos produtos e serviços.

Muitas foram as alterações do ambiente regulatório, com vistas a proteger o sistema financeiro, porém, focamos, nos preparamos e adequarmos constantemente para atender aos dinâmicos normativos que exigem estruturas formais, recursos humanos e tecnológicos especializados, além de controles internos eficazes, afim de minimizar o risco operacional.

O crescimento das Cooperativas de Crédito em 2020 foi além das expectativas, levando em conta a crise debelada pela instalação da Pandemia da Covid19 e nós do Sicoob Creditril ampliamos nosso portfólio de linhas de crédito e atendemos as necessidades para adequação do fluxo de caixa dos nossos Cooperados.

O Gerenciamento de Riscos do Sicoob Creditril, inicia-se no processo de admissão de novos associados que devem ser indicados por outro associado reconhecido pela cooperativa, cuja proposta é encaminhada ao Comitê de Crédito, que faz a análise prévia, submetidos a aprovação do Conselho de Administração, e, ao decorrer 30 dias seja detectado algo que o desabone, o processo seja cancelado.

Tradicionalmente, a gestão da cooperativa mantém seu apetite por riscos moderado, através das concessões de créditos pulverizadas, com garantias adequadas a cada linha proposta, após análises do perfil econômico e financeiro do tomador e partes conectadas, por um Comitê Executivo de Crédito, que além do parecer contundente pelos Gerentes de Relacionamento e Negócios, fundamentado no princípio "Conheça seu Cliente", visando o retorno do capital emprestado e atendendo ao maior número de associados, tudo acompanhado por controles internos eficazes, afim de minimizar o risco de crédito e operacional.

Estivemos perto dos Associados, entendendo seus modelos de negócios, o que permitiu ajuda-los a navegar melhor nos momentos de incerteza e atender suas necessidades.



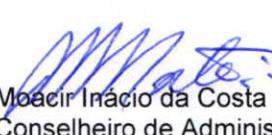
Agradecimentos

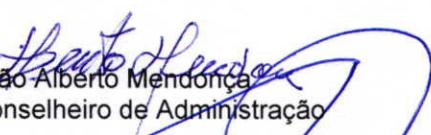
Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

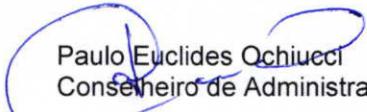
Uberlândia (MG), 19 de janeiro de 2021.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE PRODUTORES RURAIS E DE LIVRE ADMISSÃO
DO TRIÂNGULO LTDA.
3224 – SICOOB CREDITRIL


Charles Drake Guimarães Gonçalves
Presidente do Conselho de Administração


Moacir Inácio da Costa
Conselheiro de Administração


João Alberto Mendonça
Conselheiro de Administração


Paulo Euclides Ochiueci
Conselheiro de Administração


Aristides Sarkis da Silva Rocha
Conselheiro de Administração


Carlos Augusto de Freitas Junior
Conselheiro de Administração


César Roberto Ferreira Tannus
Conselheiro de Administração


Janir Gomes de Souza
Conselheiro de Administração


Victor Diniz Ferreira Borges
Conselheiro de Administração


Roldão Alves Ferreira Filho
Diretor Administrativo


Matheus Giovanni Pereira Fernandes
Diretor Financeiro

BALANÇO PATRIMONIAL

	Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO				
Circulante				
Caixa e Equivalentes de Caixa		4	236.547.661,88	183.138.661,40
Disponibilidades			1.561.258,38	2.680.625,06
Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira		5	234.986.403,50	180.458.036,34
Operações de Crédito		6	57.553.152,87	55.389.514,36
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados			54.254.902,53	50.203.185,20
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados			(1.828.696,28)	(2.895.229,45)
Financiamentos			4.896.249,05	3.361.958,08
(-) Provisão para Operações de Financiamentos			(114.736,40)	(78.942,98)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais			347.169,81	4.970.538,13
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais			(1.735,84)	(171.994,62)
Outros Créditos		7	1.516.295,78	1.932.608,45
Créditos por Avais e Fianças Honradas			36.950,22	16.598,90
Rendas a Receber			612.652,93	974.085,94
Diversos			122.233,43	191.413,01
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos			780.592,27	767.109,50
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa			(36.133,07)	(16.598,90)
Outros Valores e Bens		8	299.182,65	299.846,16
Outros Valores e Bens			298.000,51	298.000,51
(-) Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens			(63.344,20)	(63.344,20)
Despesas Antecipadas			64.526,34	65.189,85
Não Circulante			80.193.055,58	52.375.043,76
Realizável a Longo Prazo			54.218.687,30	26.943.801,22
Operações de Crédito		6	52.858.855,88	25.596.463,10
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados			43.625.685,52	21.884.722,53
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados			(1.077.206,66)	(583.753,08)
Financiamentos			10.495.294,41	4.019.128,45
(-) Provisão para Operações de Financiamentos			(197.710,26)	(72.595,53)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais			12.857,16	350.714,30
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais			(64,29)	(1.753,57)
Outros Créditos		7	1.359.831,42	1.348.338,12
Devedores por Depósitos em Garantia			1.359.831,42	1.348.338,12
Permanente			25.974.368,28	25.431.242,54
Investimentos		9	12.598.858,16	11.542.284,86
Participação em Cooperativa Central de Crédito			4.934.179,54	4.370.908,23
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Credito			7.663.028,62	7.169.726,63
Outros investimentos			1.650,00	1.650,00
Imobilizado de Uso		10	13.374.010,12	13.887.457,68
Imobilizado de Uso			18.301.515,76	18.018.947,82
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado			(4.927.505,64)	(4.131.490,14)
Intangível		11	1.500,00	1.500,00
Ativos Intangíveis			1.500,00	235.833,33
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis			-	(234.333,33)
Total do Ativo			376.109.348,76	293.136.674,13

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Charles Drake Guimarães Gonçalves
Presidente do Conselho de Administração

Matheus Giovanni Pereira Fernandes
Diretor Financeiro

Roldão Alves Ferreira Filho
Diretor Administrativo

Aline Lorrayne Santos Cintra
Contadora - CRC/MG 92154/O-0

BALANÇO PATRIMONIAL

	Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO				
Circulante			321.834.086,53	244.756.829,46
Depósitos		12	320.451.835,05	243.048.364,30
Depósitos à Vista			119.640.362,39	68.913.595,33
Depósitos à Prazo			192.095.708,58	159.798.857,97
Relações Interfinanceiras		13	345.098,67	4.599.257,77
Repasses Interfinanceiros			345.098,67	4.599.257,77
Relações Interdependências		14	4.390.634,37	6.353.040,19
Recursos em Trânsito de Terceiros			4.390.634,37	6.353.040,19
Outras Obrigações		15	3.980.031,04	3.383.613,04
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados			441,04	50.677,84
Sociais e Estatutárias			1.302.974,50	1.252.088,19
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas			603.270,04	561.900,02
Diversas			2.073.345,46	1.518.946,99
Não Circulante			1.382.251,48	1.708.465,16
Relações Interfinanceiras		13	12.857,16	350.714,30
Repasses Interfinanceiros			12.857,16	350.714,30
Outras Obrigações		15	1.369.394,32	1.357.750,86
Diversas			9.562,90	10.412,74
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis			1.359.831,42	1.347.338,12
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			54.275.262,23	48.379.844,67
Capital Social		17a	26.206.667,34	25.512.793,65
De Domiciliados No País			26.224.268,21	25.535.184,42
(-) Capital A Realizar			(17.600,87)	(22.390,77)
Reserva de Sobras			27.431.864,86	21.439.307,93
Sobras ou Perdas Acumuladas		17e	636.730,03	1.427.743,09
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido			376.109.348,76	293.136.674,13

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Charles Drake Guimarães Gonçalves
Presidente do Conselho de Administração

Matheus Giovanni Ferreira Fernandes
Diretor Financeiro

Roldão Alves Ferreira Filho
Diretor Administrativo

Aline Lorryne Santos Cintra
Contadora - CRC/MG 92154/O-0

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADO

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		10.120.595,88	21.343.623,39	12.264.165,93	24.056.386,93
Operações de Crédito	19	7.820.138,79	15.824.037,86	7.135.159,51	13.474.726,07
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros		-	-	32.592,31	93.912,79
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		2.300.457,09	5.519.585,53	5.096.414,11	10.487.748,07
Dispêndio da Intermediação Financeira	20	(2.968.187,97)	(7.600.236,78)	(7.134.427,10)	(12.723.736,88)
Operações de Captação no Mercado		(2.086.019,88)	(5.171.319,75)	(4.517.742,06)	(8.902.270,56)
Operações de Empréstimos e Repasses		(21.892,97)	(143.595,35)	(283.649,65)	(932.296,52)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(860.275,12)	(2.285.321,68)	(2.333.035,39)	(2.889.169,80)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		7.152.407,91	13.743.386,61	5.129.738,83	11.332.650,05
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(3.587.634,91)	(7.031.913,88)	(2.940.780,71)	(5.966.796,67)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	21	2.542.899,98	4.865.003,11	2.182.143,74	4.129.680,56
Rendas (Ingressos) de Tarifas	22	1.540.090,08	2.949.240,45	1.320.483,00	2.488.582,58
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	23	(5.442.899,71)	(10.684.295,87)	(5.148.468,84)	(10.221.444,67)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	24	(2.947.759,70)	(6.164.676,27)	(3.451.270,49)	(6.349.758,86)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(222.524,20)	(426.686,76)	(210.700,65)	(404.338,85)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais		1.098.008,67	2.636.916,96	2.667.140,67	4.927.208,87
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	26	(118.735,25)	(188.975,77)	(231.616,51)	(440.587,92)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas		(36.714,78)	(18.439,73)	(68.491,63)	(96.138,38)
Resultado Operacional		3.564.773,00	6.711.472,73	2.188.958,12	5.365.853,38
Outras Receitas e Despesas	27	2.469,47	7.333,58	23.401,00	28.631,19
Lucros em Transações com Valores e Bens		-	-	21.451,81	21.451,81
Outras Receitas		2.469,47	7.333,58	6.674,12	11.904,31
Outras Despesas		-	-	(4.724,93)	(4.724,93)
Resultado Antes da Tributação e Participações		3.567.242,47	6.718.806,31	2.212.359,12	5.394.484,57
Imposto de Renda		(165.706,44)	(320.126,77)	(171.090,18)	(330.506,62)
Contribuição Social		(106.623,86)	(206.476,06)	(109.854,11)	(212.703,97)
Participações nos Resultados de Empregados		(211.509,28)	(412.710,29)	(200.762,93)	(383.632,20)
Sobras/Perdas Antes das Destinações		3.083.402,89	5.779.493,19	1.730.651,90	4.467.641,78
Destinações Legais e Estatutárias		-	(5.142.763,16)	-	(3.039.898,69)
FATES		-	(577.949,32)	-	(1.116.910,45)
Reserva Legal		-	(4.623.594,55)	-	(2.233.820,89)
Reversões de Reservas		-	58.780,71	-	310.832,65
Resultado Antes dos Juros ao Capital		3.083.402,89	636.730,03	1.730.651,90	1.427.743,09
Sobras/Perdas Líquidas		3.083.402,89	636.730,03	1.730.651,90	1.427.743,09

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Charles Drake Guimerães Gonçalves
Presidente do Conselho de Administração

Matheus Giovanni Pereira Fernandes
Diretor Financeiro

Roldão Alves Ferreira Filho
Diretor Administrativo

Aline Lorryne Santos Cintra
Contadora - CRC/MG 92154/O-0

DEMONSTRAÇÃO DE PATRIMONIO LIQUIDO

Eventos	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Contingências		
Saldo em 31/12/2018	23.379.220,00	(17.779,19)	19.205.487,04	10.832,65	1.131.321,83	43.709.082,33
Destinações de Sobras Exercício Anterior:						
Constituição de Reservas	-	-	-	-	300.000,00	(300.000,00)
Ao Capital	831.321,83	-	-	-	(831.321,83)	-
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	1.975.991,48	(4.611,58)	-	-	-	1.971.379,90
Por Devolução (-)	(619.890,55)	-	-	-	-	(619.890,55)
Estorno de Capital	(31.458,34)	-	-	-	-	(31.458,34)
Reversões de Reservas						
Sobras ou Perdas Brutas						
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:						
Fundo de Reserva	-	-	2.233.820,89	-	(2.233.820,89)	-
FATES	-	-	-	-	(1.116.910,45)	(1.116.910,45)
Saldo em 31/12/2019	25.535.184,42	(22.390,77)	21.439.307,93	-	1.427.743,09	48.379.844,67
Destinações de Sobras Exercício Anterior:						
Constituição de Reservas	-	-	1.127.743,09	300.000,00	(1.427.743,09)	-
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	2.261.508,75	4.789,90	-	-	-	2.266.298,65
Por Devolução (-)	(1.566.524,96)	-	-	-	-	(1.566.524,96)
Estorno de Capital	(5.900,00)	-	-	-	-	(5.900,00)
Reversões de Reservas						
Sobras ou Perdas Brutas						
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:						
Fundo de Reserva	-	-	4.623.594,55	-	(4.623.594,55)	-
FATES	-	-	-	-	(577.949,32)	(577.949,32)
Saldo em 31/12/2020	26.224.268,21	(17.600,87)	27.190.645,57	241.219,29	636.730,03	54.275.262,23
Saldo em 30/06/2019	24.775.679,77	(27.974,92)	19.205.487,04	150.237,58	2.897.584,95	47.001.014,42
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	1.048.048,99	5.584,15	-	-	-	1.053.633,14
Por Devolução (-)	(287.169,34)	-	-	-	-	(287.169,34)
Estorno de Capital	(1.375,00)	-	-	-	-	(1.375,00)
Reversões de Reservas						
Sobras ou Perdas Brutas						
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:						
Fundo de Reserva	-	-	2.233.820,89	-	(2.233.820,89)	-
FATES	-	-	-	-	(1.116.910,45)	(1.116.910,45)
Saldo em 31/12/2019	25.535.184,42	(22.390,77)	21.439.307,93	-	1.427.743,09	48.379.844,67
Saldo em 30/06/2020	25.877.111,08	(20.132,55)	21.439.307,93	-	4.123.833,39	51.420.119,85
Destinações de Sobras Exercício Anterior:						
Constituição de Reservas	-	-	1.127.743,09	300.000,00	(1.427.743,09)	-
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	1.068.692,01	2.531,68	-	-	-	1.071.223,69
Por Devolução (-)	(717.184,88)	-	-	-	-	(717.184,88)
Estorno de Capital	(4.350,00)	-	-	-	-	(4.350,00)
Reversões de Reservas						
Sobras ou Perdas Brutas						
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:						
Fundo de Reserva	-	-	4.623.594,55	-	(4.623.594,55)	-
FATES	-	-	-	-	(577.949,32)	(577.949,32)
Saldo em 31/12/2020	26.224.268,21	(17.600,87)	27.190.645,57	241.219,29	636.730,03	54.275.262,23
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.						

Charles Drake Guimarães Gonçalves
Presidente do Conselho de Administração

Matheus Giovanni Pereira Fernandes
Diretor Financeiro

Roldão Alves Ferreira Filho
Diretor Administrativo

Aline Lorrayne Santos Cintra
Contadora - CRC/MG 92154/O-0

COOPERATIVA DE CREDITO DE PRODUTORES RURAIS E DE LIVRE ADMISSAO DO TRIANGULO LTDA SICOOB CREDITRIL
SICOOB CREDITRIL - CNPJ 41.669.227/0001-01

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Atividades Operacionais				
Sobras/Perdas Antes das Destinações	3.083.402,89	5.779.493,19	1.730.651,90	4.467.641,78
Distribuição de Sobras e Dividendos	-	(589.495,64)	-	(1.015.563,59)
Participações nos Resultados de Empregados	211.509,28	412.710,29	200.762,93	383.632,20
Provisão/Reversão para Operações de Créditos	860.275,12	2.285.321,68	2.333.035,39	2.889.169,80
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas	126.383,35	238.677,80	119.988,06	181.922,93
Depreciações e Amortizações	411.872,03	824.847,97	361.547,17	679.774,79
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações	4.693.442,67	8.951.555,29	4.745.985,45	7.586.577,91
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	2.106.192,60	2.044.872,12
Operações de Crédito	(11.004.791,65)	(31.711.352,97)	(11.326.788,19)	(19.911.349,40)
Outros Créditos	189.713,78	404.819,37	(294.985,59)	(744.131,77)
Outros Valores e Bens	37.579,98	663,51	173.565,47	223.444,36
Depósitos à Vista	22.562.491,98	50.726.767,06	5.889.695,96	14.957.739,24
Depósitos à Prazo	14.031.629,37	32.296.850,61	(4.739.263,68)	39.065.869,39
Relações Interdependências	3.284.773,32	(1.962.405,82)	5.618.824,59	(346.618,79)
Relações Interfinanceiras	(548.499,55)	(4.592.016,24)	(4.441.908,32)	(16.486.778,71)
Outras Obrigações	1.021.858,94	483.276,20	(176.097,07)	(766.612,95)
FATES Sobras Exercício	(577.949,32)	(577.949,32)	(1.116.910,45)	(1.116.910,45)
Imposto de Renda	(165.706,44)	(320.126,77)	(171.090,18)	(330.506,62)
Contribuição Social	(106.623,86)	(206.476,06)	(109.854,11)	(212.703,97)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais	33.417.919,22	53.493.604,86	(3.842.633,52)	23.962.890,36
Recebimento Dividendos	-	493.300,57	-	883.092,21
Distribuição Sobras da Central	-	96.195,07	-	132.471,38
Aquisição de Imobilizado de Uso	(140.724,81)	(311.400,41)	(732.553,19)	(2.148.863,70)
Aquisição de investimentos	-	(1.056.573,30)	(687.772,62)	(1.786.900,51)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(140.724,81)	(778.478,07)	(1.420.325,81)	(2.920.200,62)
Aumento por Novos Aportes de Capital	1.071.223,69	2.266.298,65	1.053.633,14	1.971.379,90
Devolução de Capital à Cooperados	(717.184,88)	(1.566.524,96)	(287.169,34)	(619.890,55)
Estorno/Cancelamento de Capital	(4.350,00)	(5.900,00)	(1.375,00)	(31.458,34)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	349.688,81	693.873,69	765.088,80	1.320.031,01
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	33.626.883,22	53.409.000,48	(4.497.870,53)	22.362.720,75
Caixa e Equivalentes de Caixa no Ínicio do Período	202.920.778,66	183.138.661,40	187.636.531,93	160.775.940,65
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	236.547.661,88	236.547.661,88	183.138.661,40	183.138.661,40
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	33.626.883,22	53.409.000,48	(4.497.870,53)	22.362.720,75

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Charles Drake Guimarães Gonçalves
Presidente do Conselho de Administração

Matheus Giovanni Pereira Fernandes
Diretor Financeiro

Roldão Alves Ferreira Filho
Diretor Administrativo

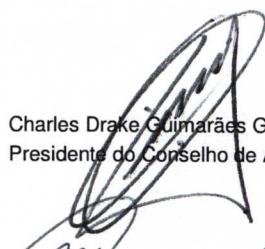
Aline Lorryne Santos Cintra
Contadora - CRC/MG 92154/O-0

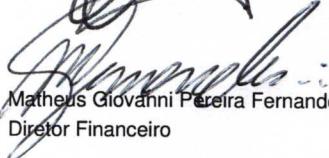
COOPERATIVA DE CREDITO DE PRODUTORES RURAIS E DE LIVRE ADMISSAO DO TRIANGULO LTDA SICOOB CREDITRIL
SICOOB CREDITRIL - CNPJ 41.669.227/0001-01

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

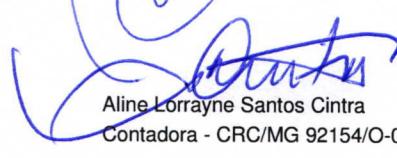
DRA	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas	3.083.402,89	5.779.493,19	1.730.651,90	4.467.641,78
Outros resultados abrangentes				
Total do resultado abrangente	3.083.402,89	5.779.493,19	1.730.651,90	4.467.641,78

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


Charles Drake Guimarães Gonçalves
Presidente do Conselho de Administração


Matheus Giovanni Pereira Fernandes
Diretor Financeiro


Roldão Alves Ferreira Filho
Diretor Administrativo


Aline Lorryne Santos Cintra
Contadora - CRC/MG 92154/O-0

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE PRODUTORES RURAIS E DE LIVRE ADMISSÃO DO TRIÂNGULO
LTDA - SICOOB CREDITRIL – CNPJ: 41.669.227/0001-01**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2020
(Em Reais)**

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE PRODUTORES RURAIS E DE LIVRE ADMISSÃO DO TRIÂNGULO LTDA – SICOOB CREDITRIL, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 25/09/1991, filiada à CCE CRED. EST. MG LTDA – SICOOB CENTRAL CECREMGE e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDITRIL sediado na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais à Av. Marciano de Ávila, nº 1066 – Bairro Bom Jesus – CEP 38.400-752, possui 8 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades:

Cidade	Endereço	CEP	Telefone
Uberlândia-Centro Administrativo	Av. Marciano de Ávila, 1066	38400-752	34-3291-2000
Uberlândia-João Naves	Av. João Naves de Ávila, 3883	38408-288	34-3257-4948
Uberlândia-Júlio Cesar Pereira	Av. Alípio Abrão, 2071	38410-129	34-3210-8899
Uberlândia-Planalto	Av. Indaiá, 780	38413-111	34-3238-4948
Uberlândia-Umuarama	Av. Afonso Pena, 4545	38405-309	34-3223-4948
Uberlândia-Pátio Sabiá	Av. Bélgica, 1220	38405-030	34-3238-2896
Prata	Praça Getúlio Vargas, nº 39	38140-000	34-3431-4948
Tupaciguara	Av. Tiradentes, 186	38480-000	34-3281-4947

O SICOOB CREDITRIL tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (I) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (II) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 19/01/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as

normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE CREDITO DE PRODUTORES RURAIS E DE LIVRE ADMISSAO DOTRIANGULO LTDA SICOOB CREDITRIL junto a seus associados, empregados e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

f) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECREMGE** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

i) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de

aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

l) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

m) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

n) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

o) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

p) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

q) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

r) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

s) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

t) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

u) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2020 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

v) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	1.561.258,38	2.680.625,06
Relações interfinanceiras – centralização financeira	234.986.403,50	180.458.036,34
TOTAL	236.547.661,88	183.138.661,40

5. Relações Interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	234.986.403,50	180.458.036,34

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE, conforme determinado na Resolução CMN nº 4.434/2015.

6. Operações de crédito

a. Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	54.254.902,53	43.625.685,52	97.880.588,05	72.087.907,73
Financiamentos	4.896.249,05	10.495.294,41	15.391.543,46	7.381.086,53
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	347.169,81	12.857,16	360.026,97	5.321.252,43
Total de Operações de Crédito	59.498.321,39	54.133.837,09	113.632.158,48	84.790.246,69
(-) Provisões para Operações de Crédito	(1.945.168,52)	(1.274.981,21)	(3.220.149,73)	(3.804.269,23)
TOTAL	57.553.152,87	52.858.855,88	110.412.008,75	80.985.977,46

b. Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / % / Situação de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financ. Rurais	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
A 0,5% Normal	52.630.635,09	4.067.758,66	360.026,97	57.058.420,72	(285.292,09)	47.950.523,95	(239.752,60)
B 1% Normal	25.312.050,97	5.484.723,09	0,00	30.796.774,06	(307.967,73)	19.975.590,73	(199.755,90)
B 1% Vencid	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	153.443,97	(1.534,42)
C 3% Normal	15.560.158,30	5.690.072,77	0,00	21.250.231,07	(637.506,92)	10.808.661,99	(324.259,85)
C 3% Vencid	66.182,00	0,00	0,00	66.182,00	(1.985,46)	123.074,83	(3.692,22)
D 10% Normal	1.823.846,12	66.547,34	0,00	1.890.393,46	(189.039,34)	1.110.784,02	(111.078,39)
D 10% Vencid	116.238,11	3.270,68	0,00	119.508,79	(11.950,88)	295.803,57	(29.580,35)
E 30% Normal	467.664,26	0,00	0,00	467.664,26	(140.299,28)	464.655,08	(139.396,50)
E 30% Vencid	16.998,82	0,00	0,00	16.998,82	(5.099,65)	439.199,20	(131.759,75)
F 50% Normal	514.126,95	39.188,48	0,00	553.315,43	(276.657,72)	589.731,90	(294.865,94)
F 50% Vencid	28.080,45	0,00	0,00	28.080,45	(14.040,23)	25.247,58	(12.623,78)
G 70% Normal	14.502,92	0,00	0,00	14.502,92	(10.152,04)	1.442.209,29	(1.009.546,48)
G 70% Vencid	99.760,36	0,00	0,00	99.760,36	(69.832,25)	349.658,45	(244.760,92)
H 100% Normal	798.054,64	26.432,05	0,00	824.486,69	(824.486,69)	142.660,22	(142.660,22)
H 100% Vencid	432.289,06	13.550,39	0,00	445.839,45	(445.839,45)	919.001,91	(919.001,91)
Total Normal	97.121.039,25	15.374.722,39	360.026,97	112.855.788,61	(2.671.401,81)	82.484.817,18	(2.461.315,88)
Total Vencidos	759.548,80	16.821,07	0,00	776.369,87	(548.747,92)	2.305.429,51	(1.342.953,35)
Total Geral	97.880.588,05	15.391.543,46	360.026,97	113.632.158,48	(3.220.149,73)	84.790.246,69	(3.804.269,23)
Provisões	(2.905.902,94)	(312.446,66)	(1.800,13)	(3.220.149,73)		(3.804.269,23)	
Total Líquido	94.974.685,11	15.079.096,80	358.226,84	110.412.008,75		80.985.977,46	

c. Classificação da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90 d	De 91 d a 360 d	Acima de 360 d	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	15.004.208,55	39.250.693,98	43.625.685,52	97.880.588,05
Financiamentos	1.315.863,55	3.580.385,50	10.495.294,41	15.391.543,46
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	13.278,98	333.890,83	12.857,16	360.026,97
TOTAL	16.333.351,08	43.164.970,31	54.133.837,09	113.632.158,48

d. Composição da carteira de crédito por atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamentos	Financ. Rurais	31/12/2020	% Carteira
Setor Privado - Comércio	6.020.865,15	447.280,25	0,00	6.468.145,40	5,69%
Setor Privado - Indústria	405.440,19	0,00	0,00	405.440,19	0,36%
Setor Privado - Serviços	28.628.411,75	10.726.331,45	0,00	39.354.743,20	34,63%
Pessoa Física	62.468.710,49	4.217.931,76	360.026,97	67.046.669,22	59,01%
Outros	357.160,47	0,00	0,00	357.160,47	0,31%
TOTAL	97.880.588,05	15.391.543,46	360.026,97	113.632.158,48	100,00%

e. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	(3.804.269,23)	(1.322.788,63)
Constituições	(2.226.998,64)	(3.165.080,45)
Reversões	335.552,15	397.461,51
Transferências para prejuízo no período	2.475.565,99	286.138,34
TOTAL	(3.220.149,73)	(3.804.269,23)

f. Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	4.578.276,62	4,03%	3.145.376,12	3,71%
10 Maiores Devedores	28.808.396,77	25,35%	15.165.078,13	17,89%
50 Maiores Devedores	53.773.626,56	47,32%	34.445.918,82	40,62%

Obs.: Desconsiderados os grupos econômicos.

g. Movimentação de Créditos Baixados como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	3.778.015,94	3.709.728,27
Valor das operações transferidas no período	2.850.511,08	465.749,18
Valor das operações recuperadas no período	(335.552,15)	(397.461,51)
TOTAL	6.292.974,87	3.778.015,94

h) Operações renegociadas

Durante o exercício de 2020, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 16.705.513,95, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Avais e Fianças Honrados (a)	36.950,22	0,00	16.598,90	0,00
Rendas a Receber				
Serviços prestados a receber (b)	148.552,77	0,00	233.073,70	0,00
Outras rendas a receber	60.799,36	0,00	36.647,77	0,00
Rendimentos Centralização Financeira - Central (c)	403.300,80	0,00	704.364,47	0,00
Diversos				
Adiantamentos e antecipações salariais	41.945,40	0,00	49.252,17	0,00
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	3.000,00	0,00	127.232,47	0,00
Devedores por depósitos em garantia (d)	0,00	1.359.831,42	0,00	1.348.338,12
Impostos e contribuições a compensar (e)	780.592,27	0,00	767.109,50	0,00
Títulos e créditos a receber	11.354,71	0,00	14.887,69	0,00
Devedores diversos - país	65.933,32	0,00	40,68	0,00
(-) Provisões para outros créditos				
(-) Com características de concessão de crédito (f)	(36.133,07)	0,00	(16.598,90)	0,00
TOTAL	1.516.295,78	1.359.831,42	1.932.608,45	1.348.338,12

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Saldo de serviços prestados a receber está composto substancialmente por rendas a receber de serviços de cartão de crédito (R\$ 99.019,56), rendas de serviços de convênios a receber (R\$ 13.680,55) e rendas a receber de domicílio bancário (R\$ 35.852,66)

(c) Refere-se à remuneração mensal da centralização financeira a receber da CENTRAL SICOOB CECREMGE referente ao mês de 12/2020.

(d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para, COFINS sobre Atos Cooperativos.

(e) Valor relativo ao Mandado de Segurança sobre contribuições previdenciárias não incidentes aos serviços prestados por Cooperativa de Serviços Médicos, aguardando definição da Receita Federal para compensá-los.

(f) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / % de Risco Situação	Outros Créditos	Avais e Fianças Honrados	Dev por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
E 30% Vencidas	0,00	1.167,36	0,00	1.167,36	(350,21)	0,00	0,00
H 100% Vencidas	0,00	35.782,86	0,00	35.782,86	(35.782,86)	16.598,90	(16.598,90)
Total Vencidos	0,00	36.950,22	0,00	36.950,22	(36.133,07)	16.598,90	(16.598,90)
Total Geral	0,00	36.950,22	0,00	36.950,22	(36.133,07)	16.598,90	(16.598,90)
Provisões	0,00	(36.133,07)	0,00	(36.133,07)		(16.598,90)	
Total Líquido	0,00	817,15	0,00	817,15		0,00	

8. Outros Valores e Bens

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Bens Não de Uso Próprio (a)	298.000,51	0,00	298.000,51	0,00
(Provisões para Desvalorizações) (b)	(63.344,20)	0,00	(63.344,20)	0,00
Despesas Antecipadas (c)	64.526,34	0,00	65.189,85	0,00
TOTAL	299.182,65	0,00	299.846,16	0,00

- (a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente a bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.
- (b) Refere-se a provisão constituída com base em laudo atualizado de avaliação dos bens.
- (c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativistas, contribuições a fundos e impostos municipais.

9. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participação em Cooperativa Central De Crédito (a)	4.934.179,54	4.370.908,23
Participação em Instituição Financeira Controlada por Cooperativa de Crédito (b)	7.663.028,62	7.169.726,63
Outros Investimentos (c)	1.650,00	1.650,00
TOTAL	12.598.858,16	11.542.284,86

- a) Refere-se a cotas de capital na Central
- b) Refere-se a ações do Bancoob
- c) Refere-se a investimento em obras de arte

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Terrenos		3.664.523,48	3.664.523,48
Edificações	4%	10.333.940,37	10.316.990,37
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(2.363.057,46)	(1.950.130,86)
Instalações	10%	236.197,36	455.833,27
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(77.630,19)	(88.574,19)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.718.522,09	1.657.844,01
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(950.099,86)	(843.648,47)
Sistema de Comunicação	20%	17.817,56	16.968,56
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.324.705,59	1.280.626,36
Sistema de Segurança	10%	369.843,29	367.561,66
Sistema de Transporte	20%	258.600,11	258.600,11
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		377.365,91	0,00
(-) Depreciações em Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(106.920,31)	0,00
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(1.429.797,82)	(1.249.136,62)
TOTAL		13.374.010,12	13.887.457,68

11. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Outros Ativos Intangíveis – Marcas e Patentes	1.500,00	235.833,33
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	0,00	(234.333,33)
Total	1.500,00	1.500,00

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis", já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo, se aplicável.

Descrição	31/12/2020	Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	119.640.362,39		68.913.595,33	
Depósito a Prazo	192.095.708,58	0,16	159.798.857,97	0,37
TOTAL	311.736.070,97		228.712.453,30	

Os depósitos até o limite de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº 4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	5.686.662,40	1,82%	5.908.358,88	2,58%
10 Maiores Depositantes	29.481.445,19	9,46%	28.542.737,47	12,48%
50 Maiores Depositantes	76.142.500,70	24,43%	68.381.762,50	29,90%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Depósitos a Prazo	(1.859.044,28)	(4.761.662,62)	(4.348.002,35)	(8.585.226,65)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(226.975,60)	(409.657,13)	(169.739,71)	(317.043,91)
TOTAL	(2.086.019,88)	(5.171.319,75)	(4.517.742,06)	(8.902.270,56)

13. Relações interfinanceiras e Obrigações por empréstimos

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2020		31/12/2019	
			Circulante	Não Circ.	Circulante	Não Circ.
Recursos Bancoob	2,00% a.a. a 7,20% a.a.	06/2021 a 03/2022	358.309,22	13.113,56	4.743.395,76	374.714,99
(-) Despesas a			(13.210,55)	(256,40)	(144.137,99)	(24.000,69)
TOTAL			345.098,67	12.857,16	4.599.257,77	350.714,30

14. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa, são registrados nesta conta para posterior repasse, por sua ordem:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ordens de Pagamento (a)	4.274.812,73	0,00	6.251.215,00	0,00
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	115.821,64	0,00	101.825,19	0,00
TOTAL	4.390.634,37	0,00	6.353.040,19	0,00

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

15. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	441,04	0,00	50.677,84	0,00
Sociais e Estatutárias	1.302.974,50	0,00	1.252.088,19	0,00
Fiscais e Previdenciárias	603.270,04	0,00	561.900,02	0,00
Diversas	2.073.345,46	1.369.394,32	1.518.946,99	1.357.750,86
TOTAL	3.980.031,04	1.369.394,32	3.383.613,04	1.357.750,86

15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Resultado de Atos com Associados (a)	712.108,66	0,00	1.116.910,45	0,00
Cotas de Capital a Pagar (b)	590.865,84	0,00	135.177,74	0,00
TOTAL	1.302.974,50	0,00	1.252.088,19	0,00

a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído por 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme Lei 5.764/1971.

b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

15.2 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações, estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	144.103,88	0,00	110.316,61	0,00
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	72.995,75	0,00	73.029,42	0,00
Impostos e Contribuições sobre Salários	266.902,01	0,00	270.128,39	0,00
Outros	119.268,40	0,00	108.425,60	0,00
TOTAL	603.270,04	0,00	561.900,02	0,00

15.3 Diversas

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	3.000,00	0,00	24.804,85	0,00
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	114.618,22	0,00	95.493,92	0,00
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	1.198.557,86	0,00	983.848,71	0,00
Provisão para Passivos Contingentes	0,00	1.359.831,42	0,00	1.347.338,12
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	181.668,27	9.562,90	162.378,70	10.412,74
Credores Diversos - País	575.501,11	0,00	252.420,81	0,00
TOTAL	2.073.345,46	1.369.394,32	1.518.946,99	1.357.750,86

- (a) Refere-se à provisão para pagamento de despesas com água/energia, plano de saúde, transportes de valores e outras, obedecendo ao regime de competência.
- (b) Refere-se à contabilização, a provisão para garantias financeiras prestadas, sobre o total das coobrigações concedidas, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 10.022.085,89 – (31/12/2019 – R\$ 8.255.690,51), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

16. Instrumentos Financeiros

O SICOOB CREDITRIL opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

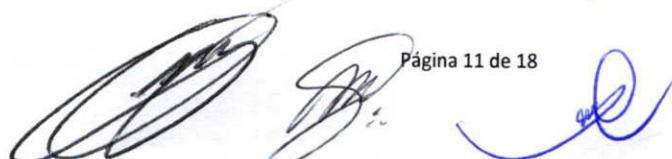
17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	26.206.667,34	25.512.793,65
Associados	12.563	11.733

No exercício de 2020, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$1.278.784,85 com recursos provenientes do Sicoob Cotas Partes.



b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva para Contingências

Tem por finalidade cobrir eventuais perdas em processos de qualquer natureza e ainda indenizações e verbas trabalhistas em caso de demissão de funcionários, objetivando não impactar os resultados da Cooperativa, conforme regulamento.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme Lei 5.765/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 24/07/2020, das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no total de R\$ 1.427.743,09, os cooperados deliberaram pela constituição do Fundo de Reserva para Contingências Fiscais e Trabalhistas, no valor de R\$ 300.000,00 e incorporar o saldo de R\$ 1.127.743,09 ao Fundo de Reserva Legal.

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sobra líquida do exercício	5.779.493,19	4.467.641,78
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES		
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	5.779.493,19	4.467.641,78
Destinações estatutárias	(5.201.543,87)	(3.350.731,34)
Reserva legal - 80%	(4.623.594,55)	(2.233.820,89)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(577.949,32)	(1.116.910,45)
Reversão de Reservas	58.780,71	310.832,65
Sobra à disposição da Assembléia Geral	636.730,03	1.427.743,09

18. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Receita de prestação de serviços	1.866.286,21	3.492.891,83	1.670.351,54	3.243.280,88
Despesas específicas de atos não cooperativos	(244.669,82)	(472.424,34)	(232.469,90)	(436.090,07)
Desp. Apropr. na proporção das receitas de Atos Não Coop.	(918.354,01)	(1.670.867,09)	(750.006,99)	(1.448.865,22)
Resultado operacional	703.262,38	1.349.600,40	687.874,65	1.358.325,59
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	4.864,11	7.333,58	23.401,00	28.631,19
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	708.126,49	1.356.933,98	711.275,65	1.386.956,78
IRPJ / CSLL	(254.272,52)	(526.602,83)	(280.944,28)	(543.210,58)
Total Receitas Vendas de Consórcios/Seguros com Associados	(705.951,50)	(1.354.238,76)	(624.718,44)	(1.421.604,08)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(252.097,53)	(523.907,61)	(194.387,07)	(577.857,88)

19. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	74.576,20	183.548,62	119.001,59	218.642,11
Rendas de Empréstimos	6.661.427,08	13.215.157,82	5.664.113,14	10.399.072,01
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	129.195,99	390.507,87	255.518,97	511.682,70
Rendas de Financiamentos	841.971,62	1.550.060,58	542.920,84	1.014.397,72
Rendas de Financ. Rurais – Aplic. Com Recursos Livres	15.574,08	89.947,92	114.649,09	185.457,76
Rendas de Financ. Rurais – Aplic. Com Recursos Direc. A Vista	7.432,33	18.059,55	5.176,87	250.658,62

Rendas de Financ. Rurais – Aplic. Com Recursos Poup. Rural	11.659,88	56.150,40	168.778,99	526.988,56
Rendas de Financ. Rurais – Aplic. Com Recursos Direc. LCA	0,00	7.919,08	8.781,92	8.781,92
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	78.301,61	312.686,02	256.218,10	359.044,67
TOTAL	7.820.138,79	15.824.037,86	7.135.159,51	13.474.726,07

20. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas De Captação	(2.086.019,88)	(5.171.319,75)	(4.517.742,06)	(8.902.270,56)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(21.892,97)	(143.595,35)	(283.649,65)	(932.296,52)
Provisões / Reversões para Operações de Crédito	(860.275,12)	(2.285.321,68)	(2.333.035,39)	(2.889.169,80)
TOTAL	(2.968.187,97)	(7.600.236,78)	(7.134.427,10)	(12.723.736,88)

21. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Cobrança	870.385,85	1.662.692,65	816.529,65	1.571.973,55
Rendas de Outros Serviços	1.672.514,13	3.202.310,46	1.365.614,09	2.557.707,01
TOTAL	2.542.899,98	4.865.003,11	2.182.143,74	4.129.680,56

22. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Serviços Prioritários - PF	593.563,67	1.142.261,01	525.546,97	1.014.681,19
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	81.292,19	152.714,09	91.221,87	172.170,45
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	865.234,22	1.654.265,35	703.714,16	1.301.730,94
TOTAL	1.540.090,08	2.949.240,45	1.320.483,00	2.488.582,58

23. Despesas de pessoal

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(30.600,00)	(63.000,00)	(37.800,00)	(67.256,04)
Despesas de Honorários - Diretoria e Cons. de Adminis.	(637.289,94)	(1.265.579,88)	(628.117,32)	(1.250.497,84)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(647.480,59)	(1.328.471,72)	(680.286,71)	(1.335.866,77)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.109.608,85)	(2.201.578,43)	(1.071.738,47)	(2.077.236,23)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.994.807,91)	(5.768.921,84)	(2.683.765,03)	(5.406.484,77)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(23.112,42)	(56.744,00)	(46.761,31)	(84.103,02)
TOTAL	(5.442.899,71)	(10.684.295,87)	(5.148.468,84)	(10.221.444,67)

24. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(60.898,62)	(127.050,62)	(79.903,32)	(166.316,28)
Despesas de Aluguéis	(121.009,13)	(244.391,43)	(116.139,37)	(154.867,00)
Despesas de Comunicações	(234.824,13)	(469.660,12)	(232.460,32)	(450.308,67)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(66.428,60)	(138.752,21)	(79.687,40)	(155.933,19)
Despesas de Material	(67.073,24)	(137.502,74)	(87.451,05)	(137.698,47)
Despesas de Processamento de Dados	(316.702,41)	(696.077,26)	(367.632,69)	(667.695,27)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(5.593,92)	(21.633,12)	(26.997,44)	(43.750,91)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(19.321,00)	(31.022,40)	(30.252,49)	(51.219,89)
Despesas de Seguros	(43.513,71)	(87.464,14)	(42.219,34)	(79.372,31)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(578.865,19)	(1.239.056,03)	(612.845,62)	(1.278.951,39)
Despesas de Serviços de Terceiros	(91.058,83)	(179.228,23)	(109.901,97)	(175.059,66)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(389.763,12)	(778.967,38)	(367.953,74)	(693.852,99)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(153.614,64)	(340.093,60)	(338.718,30)	(465.500,36)
Despesas de Transporte	(109.933,87)	(246.635,05)	(138.226,21)	(271.573,09)
Despesas de Viagem no País	(1.439,88)	(8.553,66)	(52.138,40)	(58.869,70)
Despesas de Amortização	0,00	0,00	0,00	(10.000,00)
Despesas de Depreciação	(411.872,03)	(824.847,97)	(361.547,17)	(669.774,79)
Outras Despesas Administrativas	(94.182,21)	(207.378,48)	(147.951,47)	(388.285,53)
Emolumentos judiciais e cartorários	(29.872,04)	(57.609,22)	(93.118,94)	(111.559,87)

Rateio de despesas da Central	(88.946,03)	(189.757,65)	(97.768,87)	(194.259,57)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(62.847,10)	(138.994,96)	(68.356,38)	(124.909,92)
TOTAL	(2.947.759,70)	(6.164.676,27)	(3.451.270,49)	(6.349.758,86)

25. Outras receitas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	91.711,83	95.477,79	909.847,49	1.051.251,00
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	89.668,57	220.238,07	51.496,43	85.784,55
Dividendos	0,00	493.300,57	0,00	883.092,21
Deduções e abatimentos	384,98	389,03	2.650,85	2.650,85
Distribuição de sobras da central	0,00	96.195,07	0,00	132.471,38
Rendas de repasses Del Credere	1.104,17	19.360,16	1.546,80	17.989,34
Outras rendas operacionais	574.875,62	1.107.059,18	1.302.322,09	1.897.252,49
Rendas oriundas de cartões de crédito	429.932,07	825.135,16	450.773,44	942.501,60
TOTAL	1.187.677,24	2.857.155,03	2.718.637,10	5.012.993,42

26. Outras despesas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Operações de Crédito – Desp. de Desc. Conced. em Renegociações	0,00	(1.596,70)	(1.115,13)	(1.843,45)
Outras Despesas Operacionais	(104.069,79)	(153.691,49)	(219.245,17)	(419.739,38)
Descontos concedidos - operações de crédito	(2.053,46)	(6.618,78)	(1.124,08)	(1.177,19)
Cancelamento - tarifas pendentes	(12.612,00)	(27.068,80)	(10.132,13)	(17.827,90)
TOTAL	(118.735,25)	(188.975,77)	(231.616,51)	(440.587,92)

27. Resultado não operacional

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Lucro em Transações com Valores de Bens	0,00	0,00	21.451,81	21.451,81
Ganhos de Capital	2.469,47	7.333,58	6.674,12	11.904,31
(-) Perdas de Capital	0,00	0,00	(4.724,93)	(4.724,93)
Resultado Líquido	2.469,47	7.333,58	23.401,00	28.631,19

28. Partes Relacionadas

Partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa e se caracterizam basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como: movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, caução e alienação fiduciária de imóveis.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2020:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	574.135,54	0,23%	3.579,00
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	78.694,50	0,03%	124,00
TOTAL	652.830,04	0,27%	3.703,00
Montante das Operações Passivas	31.191.971,95	10,84%	

Operações ativas e passivas – saldos em 31/12/2020:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	11.539,81	115,30	0,67%
Empréstimos	430.714,20	3.468,77	0,46%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - % a.m.
Depósitos a Vista	675.362,81	0,57%	0,00%
Depósitos a Prazo	17.739.877,47	9,23%	0,1603%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Prazo médio
Empréstimos	0,7500% a.m.	23,253 d
Aplicação Financeira - Pós Fixadas	97,9631% do CDI	166,6462 d

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do Conselho de Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
Empréstimos e Financiamentos	0,33%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,00%
Aplicações Financeiras – Pós Fixadas	10,83%

No exercício de 2020, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, cédulas de presença e encargos sociais, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)			BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Honorários	563.489,94	1.126.979,88	563.468,44	1.126.785,76
Cédulas de Presença	64.800,00	138.600,00	58.912,08	123.712,08
Encargos Sociais	132.138,00	265.716,00	130.367,31	263.550,75
Total	760.427,94	1.531.295,88	752.747,83	1.514.048,59

29. Cooperativa Central

A Cooperativa de Crédito de Produtores Rurais e de Livre Admissão do Triângulo Ltda – Sicoob Creditril, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCE CRÉD. EST. MG. LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL CECREMGE** é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômicos financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECREMGE a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação

dos recursos captados, a implantação e a implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanham informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDITRIL responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICO CENTRAL CECREMGE, perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

30. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

30.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

30.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez, lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;

- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

30.3 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

30.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento de risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

30.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir suas efetividades, são realizados, anualmente, testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

31. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

32. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR) apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo, o resultado do cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Índice de Basileia	25,40%	28,96%

33. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Fiscais	1.359.831,42	1.359.831,42	1.347.338,12	1.347.338,12
TOTAL	1.359.831,42	1.359.831,42	1.347.338,12	1.347.338,12

PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de fevereiro de 1999 a dezembro de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

- a) Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CREDITRIL**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 194.062,09 e abrangem basicamente, ações cíveis acerca das suas principais características, quando relevantes
- b) O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores esperados de saída.

Uberlândia (MG), 19 de janeiro de 2021.



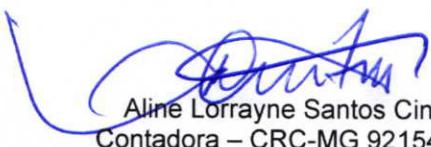
Charles Drake Guimarães Gonçalves
Presidente do Conselho de Administração



Roldão Alves Ferreira Filho
Diretor Administrativo



Matheus Giovanni Pereira Fernandes
Diretor Financeiro



Aline Lorryne Santos Cintra
Contadora – CRC-MG 92154/O-0

Parecer do Conselho Fiscal

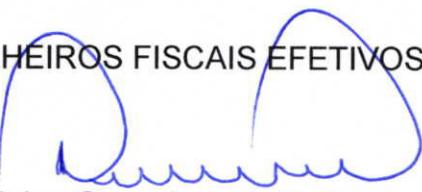
O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Produtores Rurais e de Livre Admissão do Triângulo Ltda. – SICOOB CREDITRIL, reunido em 26 de janeiro de 2021, em cumprimento ao Art. 86, Inciso IV, do Estatuto Social, declara para os devidos fins legais e estatutários, que procedeu a minucioso exame em todos os documentos e demonstrações contábeis, que compreendem o Balanço Geral, relativo ao exercício de 2020, findo em 31 de dezembro de 2021, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem, de acordo com as principais práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

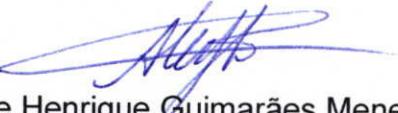
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, lidas em conjunto com as notas explicativas, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Produtores Rurais e de Livre Admissão do Triângulo Ltda. – SICOOB CREDITRIL, em 31 de dezembro de 2020.

Assim, somos unâimes em aprovar as contas apresentadas pela Diretoria Executiva, relativas ao exercício de 2020.

Uberlândia (MG), 26 de janeiro de 2021.

CONSELHEIROS FISCAIS EFETIVOS:


Agripino Gonçalves de Faria
Coordenador do Conselho Fiscal


Alceste Henrique Guimarães Menezes
Secretário do Conselho Fiscal


Sebastião Barroso
Conselheiro Fiscal

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da **Cooperativa de Crédito de Produtores Rurais e de Livre Admissão do Triângulo Ltda. – Sicoob Creditril**

Uberlândia - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cooperativa de Crédito de Produtores Rurais e de Livre Admissão do Triângulo Ltda. – Sicoob Creditril**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa de Crédito de Produtores Rurais e de Livre Admissão do Triângulo Ltda. – Sicoob Creditril**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe

incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Belo Horizonte - MG, 12 de fevereiro de 2021.



Luciano Gomes dos Santos

CRC RS 59.628

CNAI 3087